

Editorial

A transição epidemiológica é uma teoria que pode traduzir o momento socioeconômico e científico dos países. Segundo Omran, primeiro autor a sistematizar esse conceito (1971), o processo é composto pela “era de pestilência e da fome”, passando pelo “declínio das pandemias”, até a “era das doenças degenerativas e causadas pelo homem”. Países em desenvolvimento, como o Brasil, experimentam desafios mistos: dar respostas de saúde pública a essas antigas doenças e também a agravos ligados ao aumento da expectativa de vida, hábitos e questões ambientais. Nesse cenário, exemplificando de forma simplista, a dengue divide verbas e a atenção dos gestores com o aumento de casos de câncer. Estamos, então, transitando na terceira era descrita por Omran.

Em nenhum outro estado da União essa condição da transição epidemiológica é tão bem demarcada como em São Paulo. Temos avanços importantes nas questões de saneamento básico, temos ótimas coberturas vacinais que domam doenças como sarampo e pólio e temos o aumento da expectativa de vida da população. Mas estamos alerta para o aumento dos casos de doenças crônico-degenerativas, como as neoplasias, e as coronarianas. A gestão tem dado respostas a isso de diversas formas. Uma delas foi a criação da Lei Antifumo (2009), iniciativa pioneira da saúde paulista que estabeleceu limites rígidos para o uso do tabaco em locais públicos. O objetivo maior é a preservação da saúde do chamado fumante passivo e do próprio fumante, que muitas vezes diminui a queima de cigarros pelos embaraços sociais.

Costumamos dividir a legislação que pretende mudar os hábitos das pessoas entre aquelas que “pegam” e as que “não pegam”. A Lei Antifumo pegou. Um sucesso da saúde pública que muito se deve à estratégia de comunicação para a divulgação das medidas que seriam adotadas e à escolha do executor dessas medidas, no caso, o Centro de Vigilância Sanitária (CVS), órgão da Coordenadoria de Controle de Doenças, da Secretaria de Estado da Saúde.

Quatro anos após sua implantação, o CVS produziu um artigo especial que publicamos nesta edição do Bepa. Vale a pena ler esse trabalho que registra e fundamenta todas as ações, do marketing ao trabalho de campo, sempre atreladas ao objetivo de reduzir o número de doentes pelos males do tabaco e o impacto econômico para o Sistema Único de Saúde.

Em pouco tempo teremos trabalhos científicos comprovando a relação direta entre a execução da lei paulista e a curva descendente das interações por doenças relacionadas ao tabaco. Todos comemorarão.

Boa leitura!

Marcos Boulos
Editor